RESSEGURO — ACEITAÇÃO DE OPERAÇÃO DIRETA, DE CARÁTER FACULTATIVO

— As operações de resseguro direto, pelo seu caráter facultativo, não são convenientes à atual organização do I.P.A.S.E.

— Interpretação dos Decretos-leis ns. 6.318, de 30-3-44, e 5.811, de 13-7-43.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

PROCESSO N.º 48.392-44

No processo em que a Metrópole Companhia Nacional de Seguros Gerais pede a renovação de resseguro feito com base em contrato celebrado com a antiga Assicurazioni Generali di Trieste e Venezia, o Diretor do Departamento de Previdência exarou o seguinte despacho :

1. O contrato de resseguro que a requerente celebrara com a antiga "Assicurazioni Generali di Trieste e Venezia" foi mantido pelo IPASE exclusivamente por força do disposto no Decreto-lei n.º 5.811, de 13-9-45, que transferiu para este Instituto os contratos em vigor das carteiras de seguro vida da citada companhia, como da Adriática de Seguros.

2. Tal contrato, entretanto, deixou de vigorar, desde que foi declarado "extinto", "de pleno direito", pelo D.L. n.º 6.318, de 30 de março de 1944, a qual, transferindo para o Instituto de Resseguros do Brasil tôdas as operações de resseguro, declarou expressamente :

"Aplica-se o disposto no presente decreto-lei aos resseguros aceitos ou cedidos pelas sociedades de seguros Assicurazioni di Trieste Venezia e Companhia Adriática de Seguros, em liquidação, cuja carteiras foram transferidas para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, por força do Decreto-lei n.º 5.811 de 13 de setembro de 1943".

3. Consequentemente, por força de lei, ficou de pleno direito extinto contrato de resseguros, que havia sido transferido para o IPASE, anteriormente celebrado entre a antiga Companhia Assicurazioni Generali di Trieste e Venezia, como resseguradora, e a Companhia Metrópole, como cedente.

4. Respondendo à consulta de fls., o IRB, a quem cabem privativamente as operações de resseguros, declarou que "não está aceitando resseguros da Companhia Nacional de Seguros Gerais Metrópole" e, mais, que "por isso para responder a uma consulta da Previdência do Sul, o Conselho deste Instituto, em sessão realizada no dia 31 de maio de 1944, decidiu que podiam ser renovados os contratos de resseguro com aquela sociedade, de vez que IRB não os aceitará".

5. Colocada, assim, a questão, conclui-se que os contratos anteriores estão de pleno direito rescindidos e que, no caso particular da Companhia Metrópole, uma vez que os seus resseguros não são aceitos pelo IRB, este entende que outras companhias poderão aceitá-los mediante a celebração de novos contratos.

6. Cabe, pois, examinar se ao IPASE é lícito usar, por analogia, da faculdade concedida pelo IRB à Companhia Previdência do Sul, e, em caso afirmativo, se lhe é conveniente assim proceder.

7. Preliminarmente, não tem o IPASE apoio em lei para aceitar operações diretas de resseguro, sendo que só lhe foi possível manter os primitivos contratos das companhias italianas em virtude do disposto no Decreto-lei número 5.811, de 13 de setembro de 1943. Para novos contratos de resseguro, entretanto, não há nenhum apoio legal, havendo, ao contrário, no caso, o impedimento decorrente da exigência, para todas as operações individuais de seguro, de um período de carência de três anos, excluídas as de vigência imediata, baseadas em exames médicos.

8. Ademais, ainda que houvesse apoio em lei, as operações de resseguro direto, sendo de caráter facultativo, não seriam convenientes para a organização atual do IPASE, muito menos no caso da Companhia Metrópole, pois, se com ela não quer operar o I.R.B., que é o organismo oficial especializado, nenhuma razão tem o IPASE para abrir, com semelhante caso, uma exceção no seu plano de atividade no campo do seguro de vida.

9. Por esses fundamentos, indefiro o pedido de renovação do contrato de resseguro da Companhia Metrópole, determinando que se conclua, com a brevidade possível, o processo de liquidação desse contrato, e dos congêneres, com a restituição das reservas técnicas correspondentes, de acordo com o art. 2.º do citado D.L. n.º 6.388.